

**O QUE PODE SER UMA PSICOLOGIA CRÍTICA DO TRABALHO?
APROXIMAÇÕES COM A TEORIA DA
ECONOMIA POLÍTICA DO PODER**

Camila Brüning¹

José Henrique de Faria²

Larissa Nazário Nogueira³

Luiz Gustavo Camilo⁴

No ano de 2021 em trabalho publicado nesta revista (Brüning, 2021) buscou-se discutir sobre a influência do trabalho do professor José Henrique de Faria e da teoria por ele desenvolvida no campo dos estudos organizacionais, a saber, a Teoria da Economia Política do Poder (EPP), na atuação de psicólogos que buscam trabalhar com uma psicologia crítica e/ou com uma crítica da psicologia. À época, o artigo apresentou uma contextualização do que é a EPP; o que se entendia naquele trabalho por psicologia crítica; bem como uma revisão de pesquisas realizadas por psicólogos participantes do grupo de pesquisa liderado pelo professor Faria, chamado de Economia Política do Poder e Estudos

¹ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Paraná. Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná. <http://lattes.cnpq.br/0344682572379848>. <https://orcid.org/0000-0003-3869-3917>. camila.bruning@gmail.com. Endereço para correspondência: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Psicologia, Praça Santos Andrade, Centro, Curitiba, PR, Brasil. CEP: 80020-300. Telefone: (55 41) 33102625.

² Doutor em Administração (Universidade de São Paulo, Brasil). Professor Titular Sênior Aposentado da Universidade Federal do Paraná. Professor Visitante da Universidade Federal Tecnológica do Paraná. <http://lattes.cnpq.br/3738279410631976>. <https://orcid.org/0000-0003-3971-7992>. jhfaria@gmail.com.

³ Psicóloga (Universidade Federal do Paraná, Brasil). Vínculo profissional não informado. <http://lattes.cnpq.br/5825072659331237>. <https://orcid.org/0009-0003-1484-1898>. larissanog@ufpr.br.

⁴ Psicóloga (Universidade Federal do Paraná, Brasil). Psicólogo na Secretaria Municipal de Assistência Social de Araucária. <http://lattes.cnpq.br/6276564793344329>. <https://orcid.org/0000-0001-5562-875X>. luiz.camilo@ufpr.br.



Organizacionais (EPPEO), que dialogaram com diferentes abordagens críticas em psicologia. A pesquisa que aqui se apresenta tem o intuito de dar continuidade ao diálogo iniciado naquela ocasião, visando aprofundar considerações sobre construções atuais e desafios futuros para uma psicologia crítica do trabalho que seja congruente com a proposta da Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais.

Assim a pesquisa que apresentamos neste artigo é orientada pelas seguintes perguntas: O que é Psicologia Crítica? O que pode ser uma psicologia crítica do trabalho? Essas perguntas surgem exatamente, ao mesmo tempo, das indefinições e das múltiplas abordagens com diferentes significados. Para tentar responder as questões formuladas será necessário tanto investigar as formulações conceituais disponíveis na literatura sobre Psicologia Crítica quanto elaborar as possibilidades de definição de Psicologia Crítica do Trabalho daí decorrentes.

Essas perguntas podem ser respondidas de muitas maneiras. Particularmente, em nosso caso, como estudiosos da psicologia, como psicólogos interessados na teoria e na prática da Psicologia e como atuantes no campo do trabalho e das organizações, conhecemos a discussão que diferencia a Psicologia do Trabalho da Psicologia Organizacional na América Latina, identificando-nos com a primeira. Também entendemos que o compromisso social da Psicologia é promover emancipação e justiça social e é com esse intuito que realizamos nossas práticas junto a trabalhadores. Ao longo de nossa formação e de nossa prática em psicologia, análise e intervenção organizacional, temos tido contato com diversos referenciais teóricos e metodológicos, cada qual com suas identificações específicas, conversando sobre um entendimento da sociedade baseado em proposições que se orientam pela Psicologia do Trabalho, Psicologia Institucional, Psicossociologia, Psicodinâmica do Trabalho, Psicanálise. Buscamos, nesses diferentes campos e proposições teóricas construir um quadro de referência que ajude a pensar nossa prática, que almejamos que seja crítica enquanto psicólogos no campo do trabalho, ainda que o próprio conceito de crítica seja, em certo

sentido, polissêmico. Nessas buscas, nos deparamos recorrentemente com a expressão “Psicologia Crítica” e percebemo-nos tendo uma compreensão difusa e divergente do que seria esse campo de psicologia. É, então, a partir dessa posição e nesse contexto que propomos as questões: o que, é afinal, Psicologia Crítica? Será uma concepção útil para pensarmos nossa prática no campo do trabalho? É a partir desse encontro com essa expressão e dessa curiosidade sobre seu significado que surge a motivação de realização da presente pesquisa.

Em nossas buscas iniciais e não sistemáticas tivemos contato com o trabalho realizado pelo psicólogo e professor Thomas Teo, docente de Estudos Históricos, Teóricos e Críticos de Psicologia na York University em Toronto, Canadá e considerado um líder nas áreas de Psicologia Crítica e Psicologia Teórica. Em trabalho publicado em 2015 intitulado “*Critical Psychology – Geography of Intellectual Engagement and Resistance*”, Teo (2015) realiza uma apresentação introdutória da Psicologia Crítica (PC), definindo-a como um movimento internacional em crescimento nas últimas cinco décadas, com psicólogos se auto identificando como “psicólogos críticos” em diversos lugares do mundo, realizando publicações e contribuições tanto de caráter teórico como prático em diversas áreas da psicologia.

O artigo de Teo (2015) evidencia a existência de uma variedade de psicologias críticas, que diferem de forma significativa entre si. Os questionamentos que guiam as reflexões do autor na tentativa de mapear essa geografia da Psicologia Crítica em âmbito mundial é compreender: o que une a Psicologia Crítica? Quais suas concepções centrais? Quais as suas práticas?

Com o presente artigo pretendemos nos unir a este esforço buscando compreender: o que se quer dizer quando se usa o termo “Psicologia Crítica” em publicações disponíveis no Brasil, para, a partir disso, pensar possibilidades e contribuições para a prática de psicólogos no campo do trabalho.

Nossa proposta para abordar as questões foi a realização de uma Revisão de Literatura da publicação acadêmica disponível no Brasil na área de Psicologia em geral e, especificamente, no campo da psicologia e trabalho, por meio da qual buscamos identificar: (i) como Psicologia Crítica (PC) tem sido definida; (ii) que métodos/práticas têm sido adotados em contribuições que se autodenominam como Psicologia Crítica; e (iii) quais suas concepções centrais, isto é, seus objetivos e proposições. Trata-se de um esforço de identificação e aproximação com a Psicologia Crítica (PC) que circula contemporaneamente no Brasil, e que entendemos ter produzido reflexões e nos ajudado a pensar elementos para uma prática crítica como psicólogos brasileiros no campo do trabalho que acreditamos ser interessante de ser compartilhado.

Um propósito do artigo é colocar a necessidade da psicologia crítica para a própria psicologia, com foco no campo de atuação e pesquisa em psicologia e suas interfaces com o trabalho, ampliando seu campo de possibilidades, propondo um diálogo com os estudos organizacionais. Desta forma, iniciamos o artigo retomando discussões já presentes nos estudos organizacionais há algumas décadas para que se possa articulá-las com os achados sobre psicologia crítica. Na sequência são apresentados os procedimentos metodológicos que utilizamos para realizar a revisão de literatura na qual localizamos e selecionamos 27 artigos, bem como os resultados e discussão da análise desses trabalhos por meio da qual foi possível identificar (i) diferentes definições do que seria Psicologia Crítica; (ii) diferentes definições de metodologias de produção de conhecimento e/ou de atuação em PC; e (iii) diferentes explicitações do que seriam suas propostas e/ou objetivos. Finalizamos o artigo apresentando as conclusões e considerações dos autores.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa busca refletir sobre uma psicologia crítica do trabalho que seja congruente com a proposta da teoria da Economia Política do Poder em Estudos

Organizacionais (EPP) de José Henrique de Faria. Entendemos que o estudo e atuação no campo das organizações e no mundo do trabalho se beneficia das abordagens interdisciplinares, e aqui se colocam em diálogo 2 campos disciplinares: os estudos organizacionais e a psicologia. E esse desafio envolve, em alguma medida, compreender as complexas configurações de ambos.

Nesta seção de referencial teórico primeiramente apresentamos nossas compreensões sobre estudos críticos no campo dos estudos organizacionais no Brasil e localizamos a teoria da Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais, proposta por José Henrique de Faria, nesse campo. Na sequência, apresentamos caracterizações a respeito de entendimentos de crítica e estudos críticos em psicologia, para que então se possa refletir sobre que psicologia(s) dialoga(m) de forma congruente com a proposta da EPP.

ESTUDOS CRÍTICOS NO CAMPO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL

Nossa compreensão sobre o estado da arte dos estudos críticos no campo dos estudos organizacionais é fundamentada na obra de Faria (2009), apresentada no artigo intitulado "Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte". Nesse trabalho, Faria (2009) distingue quatro principais abordagens críticas dentro dos estudos organizacionais, que ele categoriza em quatro grandes áreas: (i) Teoria Crítica; (ii) Teoria Crítica em Estudos Organizacionais (TCEO); (iii) Critical Management Studies (CMS); e (iv) Análises Críticas em Estudos Organizacionais (ACEO).

Teoria Crítica (TC)

Segundo Faria (2009), a Teoria Crítica, conforme a tradição da Escola de Frankfurt, é representada nos estudos organizacionais críticos por meio de análises sociais que seguem as orientações teóricas e filosóficas dessa escola, independentemente da geração à qual pertencem. A Teoria Crítica Frankfurtiana é

composta por três gerações: a primeira, original, associada ao marxismo, inclui figuras como Pollock, Bloch, Adorno, Horkheimer, Benjamin, Marcuse e Fromm; a segunda, liderada por Habermas, que se afasta do marxismo; e a terceira, sob a liderança de Axel Honneth, que foca na luta pelo reconhecimento, dentro de uma perspectiva crítica hegeliana e habermasiana. Conforme Faria, ao se referir à Teoria Crítica Frankfurtiana, é necessário especificar a geração em questão, dada a variação de entendimentos entre elas.

Teoria Crítica em Estudos Organizacionais (TCEO)

Faria (2009) descreve a Teoria Crítica em Estudos Organizacionais (TCEO) como uma vertente dos estudos organizacionais críticos no Brasil, que se fundamenta no marxismo e foca suas investigações no campo das organizações, com ênfase na centralidade do trabalho, incluindo processos e relações de trabalho, divisão do trabalho e gestão do processo de trabalho. Além dos estudos da Escola de Frankfurt, a TCEO integra outras dimensões, como a psicologia sócio-histórica, a psicossociologia crítica, formas democráticas de gestão (como autogestão social e organizações coletivistas de trabalho), além de análises sobre Estado, poder e classes sociais. Embora siga os pressupostos frankfurtianos, a TCEO não se limita a eles, sendo fundamentada epistemologicamente pelo materialismo histórico e pelo método dialético. Faria (2009) caracteriza a TCEO como uma abordagem que permite um amplo diálogo com outras teorias, mantendo sua conexão com os fundamentos do materialismo histórico. Dada sua abrangência e aplicação empírica, Faria identifica a TCEO como uma economia política do poder em estudos organizacionais (EPPEO). No Brasil, a produção acadêmica que mais se alinha com a tradição da Escola de Frankfurt, segundo Faria, é a de Maurício Tragtenberg, considerado o fundador da teoria crítica em estudos organizacionais no país. Tragtenberg, embora influenciado pelos referenciais weberianos, marxistas e anarquistas, não seguiu diretamente Adorno, Horkheimer, Marcuse, Fromm ou Habermas, traçando, assim, uma linha própria de pensamento crítico focada na burocracia, poder e dominação, através do marxismo-anarquismo.

Assim, a TCEO, conforme concebida por Tragtenberg, estabeleceu-se como um referencial único no Brasil.

Estudos Gerenciais Críticos (CMS)

De acordo com Faria (2009), os Estudos Gerenciais Críticos, também conhecidos como Critical Management Studies (CMS), formam uma área dos estudos organizacionais críticos no Brasil. Esses estudos se concentram em uma perspectiva crítica da gestão e são majoritariamente representados pelos trabalhos de Alvesson, Deetz e Willmott. Baseiam-se em fundamentos da teoria institucional clássica, funcionalismo, positivismo, teoria dos sistemas, metafísica (neo)kantiana, pragmatismo e empirismo, embora também façam uso de conceitos neomarxistas e foucaultianos. No entanto, Faria critica essa abordagem por não apresentar semelhanças ou proximidade significativa com a Teoria Crítica ou a TCEO, caracterizando-se como uma linha que utiliza ocasionalmente conceitos marxistas, mas sem adotar a metodologia, epistemologia, teoria e ontologia marxistas. Os Estudos Gerenciais Críticos tratam da crítica à gestão capitalista no sentido reformista, ou seja, no sentido de que é possível outra gestão no interior do mesmo sistema de capital.

Análises Críticas em Estudos Organizacionais (ACEO)

Conforme Faria (2009), as Análises Críticas em Estudos Organizacionais (ACEO) constituem uma área dos estudos organizacionais críticos no Brasil que se baseia em novas abordagens teóricas, como o pós-estruturalismo de Foucault, o pós-modernismo de Lyotard, análises institucionais de Lourau e Lapassade, o simbolismo de Bourdieu, o imaginário de Castoriadis e a teoria da complexidade de Morin. Essas análises se fundamentam, portanto, no estruturalismo, pós-estruturalismo (inclusive o foucaultiano), fenomenologia crítica, pós-modernismo, estruturacionismo e na teoria da complexidade. Essas são abordagens críticas que não são marxistas nem frankfurtianas, focando nas relações de poder nas

organizações. Faria observa que a tentativa de integrar os estudos foucaultianos na Teoria Crítica Frankfurtiana ou na TCEO constitui um equívoco teórico e epistemológico, mesmo que Foucault, em suas últimas obras, tenha tentado certa aproximação com o marxismo. As análises críticas têm sua própria linha de investigação e não devem ser confundidas com a TC e com a TCEO.

Perspectivas Crítica(s) versus Teoria Crítica

No campo dos estudos organizacionais, Faria (2009) aponta que a Teoria Crítica é frequentemente confundida com uma simples crítica teórica ou com uma abordagem que apenas critica a teoria das organizações, sem romper com seus fundamentos epistemológicos. Essa inadequação leva à classificação errônea de textos como "teoria crítica" mesmo quando não aderem aos seus pressupostos teóricos e metodológicos. Isso sugere a necessidade de definir claramente o alcance da Teoria Crítica nos estudos organizacionais, separando-a da crítica teórica superficial e dos estudos gerenciais críticos.

Faria (2009) reafirma que a Teoria Crítica deve ser entendida como uma teoria da sociedade. Horkheimer, um dos principais teóricos da Escola de Frankfurt, defendeu a criação de uma teoria crítica e dialética da sociedade, que revelasse as contradições inerentes ao capitalismo. Adorno, por sua vez, argumentava que a Teoria Crítica deve desafiar as imagens distorcidas da realidade que servem ao poder, dando voz à desordem inerente ao capitalismo. Horkheimer acrescenta que, por trás das leis econômicas e de mercado, reside a lei do poder exercida por uma minoria, sustentada pela posse dos meios de produção, onde o lucro se traduz, em última análise, na busca pelo poder social.

No contexto dos estudos organizacionais, Faria argumenta que os estudos que adotam a Teoria Crítica devem ir além das análises instrumentais, explorando o poder e as formas de controle econômico, jurídico-político, ideológico e psicossocial presentes nas relações de trabalho e na divisão do trabalho. A TCEO,

fundamentada na economia política do poder, requer uma epistemologia baseada no materialismo histórico e um esquema teórico-metodológico dialético capaz de abordar as questões que afetam a vida cotidiana dos sujeitos coletivos, valorizando esses sujeitos acima das organizações para as quais trabalham.

As organizações, portanto, não podem ser analisadas isoladamente; elas devem ser compreendidas em sua interação com as relações de produção e a superestrutura social mais ampla, considerando tanto as relações objetivas quanto subjetivas estabelecidas em seu interior. Faria (2009) distingue as críticas nos estudos organizacionais pela diferença epistemológica fundamental, com implicações teóricas e metodológicas, entre estudar as organizações a partir de suas interações contraditórias com a totalidade social e analisá-las com base nos efeitos do ambiente externo sobre a realidade interna e vice-versa.

Entendemos assim que a adoção de uma perspectiva da Teoria Crítica em Estudos Organizacionais (TCEO) propõe uma análise transformadora das organizações, pois essa abordagem permite a investigação das estruturas de poder, dominação e controle que permeiam as relações de trabalho e as dinâmicas organizacionais. Conforme argumenta Faria (2009), a TCEO se fundamenta no materialismo histórico e no método dialético, o que a capacita a ir além das abordagens tradicionais e superficiais ao desvendar as contradições internas das organizações e suas relações com a sociedade mais ampla. A TCEO não se limita a uma análise instrumental ou funcionalista; em vez disso, busca compreender as organizações como produções sociais e históricas que refletem as relações de poder e as lutas de classe.

A TCEO é ontológica, epistemológica e politicamente incompatível com a abordagem dos *Critical Management Studies* (CMS), ou Estudos Gerenciais Críticos. Embora os CMS se apresentem como uma forma de crítica à gestão, eles não compartilham dos mesmos fundamentos da TCEO. Ontologicamente, os CMS tendem a se basear em uma visão mais reformista das organizações, que não

questiona profundamente as estruturas de poder subjacentes. Epistemologicamente, os CMS frequentemente utilizam uma abordagem positivista ou funcionalista, em vez do materialismo histórico e do método dialético, que são centrais para a TCEO. Em termos ético-políticos, os CMS muitas vezes se limitam a criticar práticas gerenciais específicas sem propor uma transformação radical das estruturas organizacionais e das relações de poder, o que contrasta com a abordagem transformadora e emancipatória da TCEO.

Já quanto às Análises Críticas em Estudos Organizacionais (ACEO), pode-se vislumbrar algumas possibilidades de diálogos com os TCEO, desde que se considerem suas diferenças por vezes incompatíveis em termos ontológicos, epistemológicos e ético-político: (i) em termos ontológicos, as ACEO adotam uma visão relativista ou desconstrutivista das organizações, em contraste com a visão materialista e histórica da TCEO; (ii) em termos epistemológicos, se distanciam do método dialético e do materialismo histórico, focando em análises mais discursivas e interpretativas; e (iii) em termos ético-políticos, as ACEO até podem, mas não necessariamente apresentam propostas de transformação radical das estruturas organizacionais, concentrando-se frequentemente em análises de poder mais localizadas e contingentes, enquanto a TCEO mantém um compromisso com a crítica sistêmica e a emancipação social.

A crítica de Faria (2009) busca posicionar a TCEO como base teórica e metodológica para uma análise crítica e transformadora das organizações, que é ontológica, epistemológica e politicamente distinta tanto dos CMS quanto das ACEO. Enquanto os CMS carecem da profundidade crítica necessária para questionar verdadeiramente as estruturas de poder, e as ACEO se distanciam dos fundamentos teóricos e políticos do materialismo histórico, a TCEO se posiciona como uma abordagem que busca não apenas entender, mas também transformar as organizações e a sociedade.

A este ponto é interessante retomar que a pesquisa que aqui se apresenta visa aprofundar considerações sobre construções atuais e desafios futuros para uma psicologia crítica do trabalho que possa ser congruente com a proposta da teoria da Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais (EPP). Identificadas as diferentes formas de crítica no campo dos estudos organizacionais, e localizada a teoria da EPP nesse campo, cabe agora compreender as diferentes formas de crítica no campo da psicologia, para que se possa caracterizar a partir de que psicologia(s) é possível dialogar de forma congruente com a EPP.

CRÍTICA NA/DA PSICOLOGIA

Nossa compreensão sobre a crítica na e da psicologia está fundamentada na obra de Teo (2006), que explora as tradições históricas e teóricas da crítica dentro desse campo. O autor argumenta que a crítica à psicologia possui uma longa tradição histórica, remontando, no pensamento ocidental, à crítica aristotélica à filosofia platônica.

Teo (2006) identifica pelo menos cinco perspectivas acadêmicas fundamentais na psicologia, cada uma operando com diferentes pressupostos sobre o que seria (i) o objeto de estudo (questionamento ontológico), (ii) a metodologia (questionamento epistemológico) e (iii) as dimensões éticas e políticas da psicologia: tratam-se da psicologia metafísica, a psicologia filosófica e, mais recentemente, a psicologia natural-científica, a psicologia humanística e a psicologia crítica. Teo (2006) dedica-se com maior profundidade ao exame dessas três últimas.

Psicologia Natural-Científica

Conforme Teo (2006) a história sistemática da psicologia natural-científica pode ser traçada até Aristóteles ou, com critérios mais rigorosos, até René Descartes. No entanto, sua predominância na psicologia só emergiu a partir do final do Século

XIX. Os defensores desse programa desafiaram o caráter não científico da psicologia humanística, favorecendo o alinhamento da psicologia com as ciências naturais.

Tem-se, a partir de Teo (2006), que a psicologia natural-científica produz conhecimento sobre um objeto ou evento psicológico, dividindo a psique em partes para fornecer conhecimento nomológico. Utilizando uma metodologia analítica, essa abordagem busca desmembrar um objeto ou evento psicológico em problemas de pesquisa bem definidos e específicos. Desde o Século XX, métodos experimentais e quantitativos têm sido considerados apropriados para essa abordagem (Teo, 2006). Ela se alinha às filosofias tradicionais da ciência, como o empirismo e o racionalismo crítico, operando sob a premissa de que a verdade sobre um objeto pode ser alcançada por meio de pesquisas futuras e mais sofisticadas.

Entende-se que essa é a perspectiva *mainstream* e hegemônica da psicologia, historicamente institucionalizada no meio acadêmico, científico e editorial, em âmbito global até os dias atuais, no entanto, não estando consolidada como abordagem paradigmática ou única na psicologia sendo que as abordagens humanísticas e críticas se fazem institucionalmente presentes nesses âmbitos, em maior ou menor grau, em diversos países. Críticas advindas de outras perspectivas acadêmicas, no entanto, apontam a colonização da psicologia pelo modelo natural-científico e como isso tem levado à negligência de importantes aspectos da vida psicológica humana, especialmente da perspectiva da psicologia humanística e crítica.

Psicologia Humanística

Desenvolvendo-se em paralelo e parcialmente em resposta à psicologia natural-científica, a psicologia humanística enfatiza a totalidade da psique humana e rejeita o caráter reducionista da psicologia natural-científica (Teo, 2006). Fundamentada

em epistemologias hermenêuticas e utilizando métodos qualitativos, essa perspectiva busca produzir conhecimento significativo sobre o sujeito para o sujeito, seja ele um indivíduo, uma comunidade ou uma cultura.

Conforme Teo (2006) a psicologia humanística é motivada pela premissa de que a provisão de significados permite a transformação positiva de indivíduos, comunidades e culturas. Contudo, para essa abordagem, a conceitualização da psicologia como uma ciência natural é problemática, pois não faz justiça à especificidade do objeto de estudo psicológico (questionamento ontológico), nem à relação única entre pesquisador e objeto de pesquisa (questionamento epistemológico), que a difere fundamentalmente das ciências naturais.

Entende-se que a abordagem humanística tem, de longa data, concorrido com a abordagem natural-científica pelo lugar de psicologia mainstream, tendo em alguns países se consolidado histórica e institucionalmente como abordagem predominante. Essa diferenciação pode ser evidenciada, por exemplo, nos setores em que os departamentos de psicologia são alocados dentro das universidades: na América do Norte, é comum que o curso de psicologia esteja nos setores de saúde, ciências naturais, enquanto na América Latina não é raro que os departamentos de psicologia estejam consolidados nos setores de ciências humanas.

Por uma definição do que é crítica em psicologia

Tomamos o entendimento de Teo (2006) para compreender que existem diferentes formas de crítica em psicologia. Teo (2006) baseia-se parcialmente na justificativa epistemológica de Habermas, para sugerir uma divisão tripartite da psicologia atual em três funções de conhecimento: scientia (ciência), cultura e crítica. Conforme Teo (2006), tem-se a partir de Jürgen Habermas a proposição de uma classificação das ciências baseada na relação entre conhecimento e interesse, estabelecendo uma fundamentação epistemológica para uma teoria da

sociedade. Habermas teria identificado três tipos de ciências, cada uma caracterizada por um interesse cognitivo específico que orienta sua busca pelo conhecimento: (i) as ciências empírico-analíticas: motivadas pela produção de conhecimento nomológico, visando alcançar o controle técnico sobre processos ou objetos; (ii) as ciências histórico-hermenêuticas: guiadas pelo interesse prático de interpretação e compreensão de significados; e (iii) as ciências criticamente orientadas: que possuem um interesse emancipatório, aplicando a autorreflexão como princípio fundamental de investigação. Embora Habermas não tenha aplicado esse programa diretamente ao conhecimento psicológico, mas ao conhecimento humano em geral, Teo (2006), sugere a partir dessa proposta, uma divisão tripartite da psicologia atual nessas três funções de conhecimento: scientia (psicologia natural-científica), cultura (psicologia humanística) e crítica (psicologias críticas). Teo (2006) distingue, portanto, duas vertentes de crítica em psicologia: uma que foca em questões epistemológicas e ontológicas e outra que se concentra nas questões ético-políticas, sendo que essas abordagens podem ou não ser combinadas.

Vertente Crítica em Psicologia com foco Ético-Político

Para Teo (2006), alguns problemas no contexto ético-político referem-se às influências ideológicas sobre a teoria e a prática psicológicas. Do ponto de vista da psicologia natural-científica, essas influências ideológicas são manifestadas quando psicólogos possuem uma consciência política em sua prática. Por outro lado, para os psicólogos que enfatizam a dimensão ético-política, tanto no contexto da descoberta quanto no da justificação da produção de conhecimento, a repressão do domínio ético-político é o problema central. As pessoas vivem e agem sempre com base em um contexto sócio-histórico e cultural, o que torna a psicologia suscetível a influências ideológicas. Por exemplo, psicólogos clínicos (formados nas ciências naturais ou nas ciências humanas) são pressionados por empresas de seguros de forma que a psicologia perde sua relevância emancipatória. Na crítica marxista da relevância, a psicologia dominante

representa as crenças e ideias de uma classe dominante; na crítica feminista, o ponto de vista masculino; e na crítica pós-colonial, os interesses dos americanos e europeus brancos.

Sob a perspectiva de psicologias críticas que enfatizam a questão da relevância da psicologia (questão ético-política), a falta de reflexão sobre o domínio ético-político impede a psicologia de se tornar uma ciência verdadeiramente significativa. A falta de relevância na psicologia refere-se tanto à irrelevância prática da psicologia natural-científica quanto da psicologia humanística. Teo (2006) argumenta, por exemplo, que o progresso nas estatísticas e no design experimental, aliado ao uso de softwares cada vez mais complexos para análise de dados, é inversamente proporcional à capacidade de aplicar os resultados em contextos do mundo real. Além disso, a falta de relevância significa que a psicologia natural-científica não tem relevância para pessoas que sofrem ou são oprimidas (embora possa ser relevante para os poderosos na sociedade). Também sugere que a psicologia não é relevante para as mulheres, por ser uma disciplina dominada por homens, para minorias visíveis, devido a uma história de racismo, e para culturas não ocidentais.

Psicologia(s) Crítica(s)

Teo (2006) destaca a psicologia crítica, ou melhor, psicologias críticas, que surgiram questionando e desafiando a relevância da(s) psicologia(s) mainstream (natural científica e/ou humanista), especialmente em relação às suas práticas, e relevância para a classe trabalhadora, as mulheres, as minorias visíveis e culturas não ocidentais. Essa perspectiva se expressa frequentemente através de imperativos ético-políticos, como o marxismo, o feminismo, o pós-modernismo e o decolonialismo.

Para Teo (2006) as psicologias críticas produzem conhecimento crítico sobre a própria psicologia, frequentemente em um nível metapsicológico, operando a

partir de uma distância em relação às outras perspectivas da psicologia. Questionam como a psicologia, ao reproduzir a funcionalidade dos sujeitos, sustenta o status quo social, negligenciando os fatores que levam à alienação, individualização e etnocentrismo. As críticas ético-políticas argumentam que a falta de reflexão sobre essas dimensões impede que a psicologia se torne uma ciência verdadeiramente significativa e emancipatória.

PSICOLOGIA CRÍTICA, ESTUDOS ORGANIZACIONAIS CRÍTICOS NO BRASIL E DIÁLOGOS POSSÍVEIS COM EPP

Teo (2006) identifica quatro grandes grupos de psicologias críticas: marxista, feminista, pós-moderna e decolonial. Podemos dizer que essas categorias têm paralelos nos estudos organizacionais críticos no Brasil. A psicologia crítica de orientação marxista, por exemplo, dialoga com a Teoria Crítica e a TCEO, que partilham de uma base ontológica, epistemológica e metodológica semelhante.

Por outro lado, entendemos que as abordagens feminista, pós-moderna e decolonial na psicologia crítica se alinham mais estreitamente com as Análises Críticas em Estudos Organizacionais. Essas abordagens adotam diferentes referências teóricas, ontológicas e epistemológicas, o que se reflete nas críticas que fazem às práticas organizacionais e sociais.

A partir da proposta de Teo (2006), podemos argumentar que as críticas gerencialistas, na medida em que não passam pelo crivo ético-político, não seriam classificadas como psicologia crítica. Elas se assemelhariam mais a críticas humanistas à psicologia natural-científica.

Sumarizamos as caracterizações de críticas no campo dos estudos organizacionais e no campo da psicologia no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Estudos críticos no campo dos Estudos Organizacionais e na Psicologia

	Faria (2009)	Teo (2006)
Abordagem considerada <i>Mainstream/Hegemônica</i>	Teoria Geral da Administração E Estudos Organizacionais	Psicologia Natural-Científica (<i>scientia</i>) e Formas de Psicologia Humanista (Cultura) – em algumas localidades
Sistematização proposta	Campo dos Estudos Organizacionais Críticos	Discursos críticos em Psicologia
Abordagens que se posicionam como críticas, mas são consideradas como sendo reacionárias/ manutenção de <i>status quo</i>	Escola das relações humanas em Administração E CMS	Formas de Psicologia que se propõe críticas a partir de um foco ético-político, mas não desafiam ou rompem com métodos da psicologia Natural- Científica (<i>scientia</i>) e Formas de Psicologia cuja crítica se direciona exclusivamente à ontologia/epistemologia e método, mas não a partir de um foco ético político: formas de Psicologia Humanista (Cultura)
Abordagens caracterizadas como críticas:	TC	Abordagens Marxistas e Teoria Crítica
	TCEO	
	ACEO	Abordagens feministas
		Abordagens pós-modernas
		Abordagens Decoloniais

Fonte: Elaborado pelos autores.

Compreendendo que a Teoria da EPP se localiza no campo dos estudos organizacionais críticos, no grupo TCEO, a partir do referencial teórico aqui exposto se pode inferir que ela converse de forma congruente com psicologias

críticas de abordagem Marxista e Teoria Crítica, e que possa conversar com psicologias críticas de abordagem feminista, pós-moderna e decoloniais, dado seu caráter crítico de foco ético-político. No entanto, deve-se considerar em cada caso se há congruência ontológica e epistemológica entre os estudos em questão. Também em relação a algumas formas de psicologia humanista, pode ser possível o estabelecimento de diálogos, como é o caso com algumas formas de psicanálise, novamente, com as devidas considerações ontológicas, epistemológicas e ético-políticas das propostas em diálogo. O que fica explícito é a incompatibilidade de saída de construções interdisciplinares que coloquem em diálogo a EPP com a psicologia natural-científica.

Ainda que as ricas sistematizações apresentadas por Faria (2009) e Teo (2006) a respeito das características dos estudos organizacionais críticos no Brasil e da psicologia crítica, nos ofereçam elementos para pensar uma psicologia crítica do trabalho que seja congruente com a proposta da Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais, pensamos que existem pelo menos duas justificativas para necessidade de ir além dessa contextualização, objetivo que é tomado pelo presente trabalho, quais sejam:

(i) estamos interessados em conhecer psicologia crítica como campo de produção de conhecimento e como campo de atuação/intervenção junto a trabalhadores, isto é, tanto como ciência quanto como profissão (atuação de psicólogos junto a trabalhadores). As sistematizações apresentadas por Faria (2009) e Teo (2006) nos permitem elaborar de modo suficiente sobre como produzir conhecimento de forma interdisciplinar, colocando para conversar a EPP com psicologias críticas, mas trata-se de referências que não tomam como foco de análise principal a questão da atuação/intervenção. Na revisão de literatura que apresentamos neste artigo, buscamos identificar que métodos/práticas têm sido adotados em contribuições que se autodenominam como Psicologia Crítica, seus objetivos e proposições (tanto de produção de conhecimento quanto de atuação/intervenção).

(ii) é importante notar que Teo (2006) escreve a partir de uma perspectiva norte-americana. A geopolítica do conhecimento em psicologia, centrada em departamentos na América do Norte e Europa, influencia essa categorização, apesar do cuidado do autor em incluir propostas de outras regiões. Nesta pesquisa, ao considerar o contexto brasileiro/latino-americano, buscamos explorar as propostas emergentes em psicologia crítica nessa região, especialmente no campo da psicologia do trabalho, apostando que isso permitirá um diálogo entre as discussões já estabelecidas nos estudos organizacionais e as especificidades da psicologia crítica latino-americana, podendo assim contribuir para o desenvolvimento de uma psicologia crítica do trabalho, congruente com os pressupostos da teoria da Economia Política do Poder (EPP), que reflita a realidade e os desafios do mundo do trabalho nesta região.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Retomando o objetivo desta investigação, de se compreender o que se quer dizer quando se usa o termo “Psicologia Crítica” em publicações latino-americanas desde o Brasil, para, a partir disso, pensar possibilidades e contribuições para a prática de psicólogos no campo do trabalho, a forma eleita para se começar a explorar essa complexa problemática foi buscar identificar o que já se encontra publicado e disponível para acesso gratuito no Brasil em periódicos classificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na área de Psicologia sobre o tema, dado ser a CAPES a fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil que atua na avaliação da pós-graduação stricto sensu em todos os estados brasileiros.

Cabe, portanto, argumentar por que é relevante uma revisão de literatura sobre Psicologia Crítica: revisões de literatura tem se tornado cada vez mais importantes como estratégias para a reflexão sobre o estado da arte da produção científica em diversos temas, principalmente num contexto como o que atualmente vivemos, marcado, ao mesmo tempo, pela ampla oferta e acesso a informações e pela

disseminação de informações falsas e enviesadas (Galvão, Pansani & Harrad, 2015). Pesquisadores, praticantes e militantes do campo da psicologia do trabalho e análise organizacional podem se beneficiar dessa revisão de literatura para acessarem uma caracterização sistematizada sobre definições de Psicologia Crítica que circulam em território brasileiro e que estão presentes em trabalhos acessíveis ao público brasileiro, por serem de autores brasileiros, por estarem publicados em periódicos brasileiros, ou, ao menos, quando escritos em outras línguas, por ter resumo disponível em português. Argumentamos que uma revisão de literatura como esta pode contribuir sendo ponto de partida para a realização de novas pesquisas teóricas e empíricas sobre a temática, uma vez que aponta lacunas no conjunto de pesquisa que já se encontra publicado (Galvão, Pansani & Harrad, 2015).

A metodologia de revisão de literatura adotada nesta pesquisa foi adaptada do método Principais Itens para Relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises (PRISMA), detalhes sobre a operacionalização do método PRISMA podem ser encontrados no trabalho de Galvão, Pansani e Harrad (2015). A recomendação PRISMA foi desenvolvida com foco em publicações da área da saúde, visando principalmente ensaios clínicos randomizados, mas, conforme seus proponentes, trata-se de uma metodologia que pode ser usada como uma base para guia e relato de quaisquer revisões sistemáticas de literatura, casos em que se deve expor de forma transparente os procedimentos metodológicos adotados. Assim, descrevemos em detalhes a seguir os procedimentos realizados.

A coleta de dados foi realizada entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022. As bases de dados utilizadas foram: a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e a Scientific Library Online (ScieLO). Ambas foram escolhidas por sua abrangência, popularidade e consolidação na comunidade científica latino-americana.

A identificação de artigos foi realizada da seguinte maneira: na base BVS a busca foi feita nos campos “título, resumo, assunto”, enquanto na base ScieLO o campo

“todos os índices” foi utilizado. A escolha por estes campos de busca decorre de serem ambos são os mais abrangentes em cada base, de modo que a busca inicial não foi limitada, por exemplo, pelo aparecimento do termo necessariamente no título.

Quanto ao termo de busca utilizado, como o presente trabalho buscou conhecer as definições que estão sendo usadas de um termo específico, o termo utilizado sugeriu a si mesmo: “psicologia crítica”, entre aspas. A busca pelo termo grafado em língua portuguesa, já que as bases de dados não consideram acentos nas ferramentas de busca, retornou artigos em português e espanhol, também artigos em inglês que continham título e resumo em língua portuguesa, de modo que textos das três línguas foram incluídos na revisão. A execução desses procedimentos de busca nessas bases resultou na identificação de 89 artigos (excluídos os textos duplicados).

Na sequência, realizou-se a etapa de seleção dos artigos para compor a revisão. Procedeu-se com a leitura dos títulos e resumos de todos os 89 artigos, sendo selecionados apenas os textos que citassem o termo “Psicologia Crítica” de forma explícita nesses campos. O objetivo desta fase foi selecionar para análise apenas trabalhos que abordassem como tema mais geral da pesquisa a temática da “psicologia crítica” ou que se tratasse de artigos da área de psicologia e trabalho, tendo sido excluídos da análise artigos que tratavam de psicologia crítica exclusivamente em outros campos de atuação do psicólogo (tais como no campo da educação, da saúde, da psicologia comunitária etc.). Entendemos que compreender as práticas críticas dos psicólogos nesses outros campos de atuação é de grande valia para pensar a prática também junto a trabalhadores, de forma que a não seleção destes trabalhos neste momento, se deu apenas por uma questão de viabilidade temporal e capacidade de análise da equipe, sendo uma agenda de pesquisa futura ampliar a análise incluindo também esses textos. Dessa etapa foram selecionados 25 artigos e excluídos 64.

Foram selecionados trabalhos em português, inglês e espanhol, desde que apresentassem título/resumo também em português. Posteriormente, mais dois textos que não incluíam os critérios acima explicitados foram incluídos na revisão: essa escolha se deu devido ao conhecimento que os autores vieram a ter no decorrer da pesquisa sobre a seção especial temática sobre Psicologia Crítica, publicada na revista Estudos de Psicologia (Campinas) em 2015, tendo identificado que nesses dois artigos constavam definições do que seria Psicologia Crítica. Totalizou-se assim 27 artigos selecionados para compor a revisão de literatura, sendo: 8 escritos em português; 17 escritos em espanhol; e dois, que, apesar de escritos em inglês, encontram-se publicados em revistas científicas brasileiras.

Na etapa de extração dos dados (Galvão, Pansani & Harrad, 2015), os 27 artigos foram lidos na íntegra buscando identificar como os artigos apresentavam: (1) definição de Psicologia Crítica; (2) definição/descrição de métodos da Psicologia Crítica; e (3) definição/descrição de objetivos/propostas da Psicologia Crítica.

Partir de uma adaptação da metodologia prisma para a identificação de artigos sobre a temática foi especialmente interessante, pois nos permitiu, de modo sistemático, uma aproximação com a publicação já existente, no entanto, não nos mantivemos presos à sua proposta de execução. À medida que nos aproximamos do *corpus* de artigos, fomos tendo acesso a outros materiais que, por seu conteúdo, julgamos ser interessante de serem selecionados a compor essa revisão. Assim, embora inspirados pela metodologia PRISMA, para a identificação de artigos e para a extração de informações dos artigos, entendemos que esse texto apresenta um ensaio teórico que extrapola a sistematização proposta por esse método, e que, portanto, tem como limitação não ser um retrato sistematizado do estado da arte da publicação sobre a temática. Argumentamos que, ainda assim, a análise dos 27 artigos selecionados permitiu identificar que (i) nem todos os trabalhos que usam o termo “psicologia crítica” apresentam uma definição explícita desse conceito, de seus métodos ou de suas concepções, (ii) que coexistem diferentes formas de definir o que é Psicologia Crítica, diferentes

considerações a respeito de métodos apropriados para a produção de conhecimento e prática/atuação em Psicologia Crítica, bem como diversos objetivos/propostas dessas abordagens. Esses resultados são apresentados e discutidos a seguir.

RESULTADOS

A partir da revisão realizada seguindo os procedimentos metodológicos anteriormente descritos foram selecionados 27 artigos. No quadro 2 descreve-se a referência desses artigos e uma análise de: (i) qual a referência teórica de embasamento;(ii) se o artigo apresenta definições explícitas sobre o que é Psicologia Crítica, seus métodos, e/ou concepções e objetivos; e (iii) a língua em que o artigo está escrito.

Quadro 2 – Descrição dos 27 artigos identificados

Referência	Teoria de embasamento	Apresenta definições explícitas?	Língua
Burton (2013)	Psicologia da Libertação	Não	Inglês (publicado em revista Brasileira)
Corredor-Aristizábal (2010)	Psicologia crítica com apoio empírico	Sim	Espanhol
Gruda (2016)	Psicologia Social Crítica	Sim	Português
Guzzo (2015)	Psicologia Social da Libertação (Baró) Prevenção em Psicologia (Cowen)	Sim	Português
Jaraba-Barrios e Mora-Gámez (2010)	Estudo sociais da ciência e tecnologia (ESCT)	Sim	Espanhol
Jaramillo (2013)	Não específica	Sim	Espanhol
Lhuillier (2013)	"Enfoque dialético"	Sim	Português
Montero (2004).	Psicologia crítica, Psicologia da libertação, Psicologia social comunitária	Sim	Espanhol

Referência	Teoria de embasamento	Apresenta definições explícitas?	Língua
Montero (2010)	Psicologia social crítica (do poder; comunitária)	Sim	Espanhol
Moreira e Guzzo (2015)	Psicologia Social da Libertação (Baró)	Não	Português
Narciandi (2019)	Genealogia foucaultiana	Não	Espanhol
Pardo e Valente (2007)	"Psicologia crítica"	Não	Espanhol
Pavón-Cuéllar e Arroyo-Ortega (2015)	Psicanálise e Marxismo	Não	Espanhol
Pulido-Martínez (2004)	Psicologia Crítica	Sim	Espanhol
Pulido-Martínez (2012)	Psicologia crítica do trabalho	Não	Espanhol
Pulido-Martínez (2014)	Não específica	Não	Espanhol
Pulido-Martínez e Burbano-Valente (2021)	Psicologia Social	Não	Espanhol
Pulido-Martínez e Sato (2013)	Não específica	Sim	Espanhol
Pulido-Martínez e Walkerdine (2006)	Psicologia Crítica; Psicanálise	Sim	Espanhol
Pulido-Martínez, Carvajal-Marín e Cabruja-Ubach (2009)	Psicologia social crítica; feminismo	Não	Espanhol
Rodrigues, Carneiro e Nogueira (2021)	Não específica	Sim	Português
Saavedra (2013)	Feminismo crítico	Não	Português
Salgado e Franciscatti (2014)	Teoria crítica da sociedade Método da História Oral	Sim	Português
Santos e Martins (2013)	Psicologia Crítica	Sim	Português
Schraube (2015)	<i>Psychology from the Standpoint of the Subject</i>	Sim	Inglês (publicado em revista Brasileira)
Sloan (2002).	Psicologia da Libertação	Não	Espanhol
Valencia (2005)	Psicologia Social Cognitiva, Psicologia crítica discursiva	Sim	Espanhol

Fonte: Elaborado pelos autores.

Das informações sumarizadas no quadro 2, podemos identificar alguns elementos interessantes:

Identificamos que há produções tanto brasileiras quanto de outros países latino-americanos utilizando a expressão “psicologia crítica” (oito trabalhos em português e 17 em espanhol) o que demonstra a circulação do tema pela região, não sendo restrita ao Brasil.

Chama atenção também a presença de trabalhos escritos em inglês, por autores não brasileiros, que se encontram publicados em revistas científicas brasileiras, o que demonstra que houve uma intencionalidade de seus autores em disseminar o conhecimento produzido em suas pesquisas no Brasil.

Quanto aos referenciais teóricos usados e explicitados nos artigos, identificamos a presença de teorias da psicologia, tais como a Psicologia Social da Libertação/Psicologia da libertação (Baró), Prevenção em Psicologia (Cowen), Psicologia Social Cognitiva, Psicologia Crítica Discursiva; Psicanálise; Psicologia Social Crítica, Psicologia Social Comunitária; Psicologia Social; Psicologia crítica do trabalho e a própria Psicologia Crítica. Identificamos também a presença de referenciais teóricos das ciências humanas e sociais de forma mais abrangente, como o Marxismo, o Feminismo crítico; Genealogia foucaultiana; a Teoria Crítica da sociedade, Estudo sociais da ciência e tecnologia (ESCT); e "Enfoque dialético". Disso compreendemos que não é a identificação teórica por si, apenas, que caracteriza uma psicologia crítica, e que referenciais interdisciplinares são usados para refletir sobre a teoria e a prática em psicologia.

Podemos identificar ainda que em 16 dos 27 artigos são apresentadas informações de forma explícita pelos autores sobre como definem o que seria Psicologia Crítica, sua(s) metodologia(s), ou suas concepções, pressupostos e objetivos. Nos demais 11 artigos esses esclarecimentos não são explicitados. Seguindo a geografia da psicologia crítica traçada por Teo (2015), compreendemos que há diversas (e

divergentes) concepções do que definiria e constituiria uma psicologia crítica, bem como do que seriam métodos adequados de produção de conhecimento e intervenção nessas psicologias. Assim, consideramos ser relevante um cuidado na escrita e divulgação das pesquisas: que os autores que utilizam a expressão Psicologia Crítica em seus trabalhos busquem explicitar qual(ais) definição(ões) adotam e que vínculos teóricos e metodológicos orientam a pesquisa uma vez que, embora relevante, apresentar a referência teórica de embasamento pode não ser suficiente para promover essa elucidação.

Da análise dos 16 trabalhos que apresentam definições, foi possível cotejar (i) diferentes definições do que seria Psicologia Crítica (informação explicitada em 12 artigos); (ii) diferentes definições de metodologias de produção de conhecimento e/ou de atuação em PC (informação explicitada em 10 artigos); (iii) diferentes explicitações do que seriam concepções gerais, pressupostos e/ou objetivos de PC (informação explicitada em 5 artigos). Uma sumarização dos achados de pesquisa é apresentada no quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Definições, Métodos e Objetivos de Psicologia Crítica presentes nos artigos que compuseram a revisão de literatura

Definições de PC	Métodos de PC	Objetivos de PC
<p>PC é definida como um termo guarda-chuva ou movimento:</p> <p><i>Area de estudos (semelhante à área de estudos organizacionais críticos, comporta uma diversidade de abordagens não necessariamente congruentes entre si em termos ontológicos, epistemológicos e mesmo ético-políticos)</i></p> <p>e/ou</p>	<p>Métodos de produção do conhecimento</p> <p><i>Características</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Crítica de teorias e práticas da psicologia - Assume não neutralidade do conhecimento - Valoriza conhecimento produzido na experiência <p>Métodos de atuação/prática de psicólogos críticos</p>	<p>Objetivos voltados à transformação social</p> <p><i>e/ou</i></p> <p>Objetivos voltados a modificações na Psicologia</p> <p>tais como modificações de ordem ontológica, epistemológica, metodológica e ético-política.</p>

<p>PC é definida como análise crítica da Psicologia: <i>Sendo os focos principais dessas críticas:</i> <i>Psicologia e sua relação com a Sociedade/Status Quo</i> <i>Psicologia e sua relação com a produção de subjetividade</i></p>	<p>Valorização do conhecimento produzido na experiência Intervenção crítica e crítica reflexiva da intervenção Métodos participativos (pesquisa ação, pesquisa intervenção, entre outros)</p> <p>Técnicas metodológicas comuns:</p> <ul style="list-style-type: none">- Diálogos apreciativos- Terapias narrativas- Análises de discurso- Histórias orais	
--	---	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na sequência apresentamos em detalhe os achados de pesquisa sobre cada um dos três eixos de análise.

DEFINIÇÕES DE PSICOLOGIA CRÍTICA

Ao todo, 12 artigos apresentaram definições de Psicologia Crítica, com formulação de propostas, teorias subjacentes, objeto de estudo e/ou público ou tema de interesse (Gruda, 2016; Guzzo, 2015; Schraube, 2015; Salgado & Franciscatti, 2014; Lhuillier, 2013; Pulido-Martínez & Sato, 2013; Santos & Martins, 2013; Corredor-Aristizábal, 2010; Montero, 2010; Pulido-Martínez & Walkerdine, 2006; Montero, 2004; Pulido-Martínez, 2004).

De forma sintética, nos artigos selecionados para esta revisão, a Psicologia Crítica (PC) é descrita como um movimento, uma proposta, um programa de pesquisa ou um termo guarda-chuva.

Como característica definidora, a PC compreenderia diversas propostas em psicologia que entendem que constructos, conceitos, práticas e propostas da psicologia são contextualmente delimitados, ou seja, estão embutidos/incorporados/entrelaçados (*embedded*) com o momento histórico, social, econômico e cultural nos quais foram cunhados. Ter conhecimento desse fato e apresentá-lo de forma transparente em suas propostas seria um aspecto diferencial das abordagens críticas em psicologia em relação à psicologia mainstream, chamada nesses trabalhos também de hegemônica ou tradicional, posicionando as primeiras em um enfrentamento à segunda, que ao negar esse aspecto contextual acabaria atuando na manutenção das relações de poder e opressão.

Ainda quanto ao caráter contextual das psicologias críticas, uma preocupação é o seu caráter prático, a forma como as considerações psicológicas estão implicadas no cotidiano das pessoas, como padrões se inserem na lógica social. Para ter acesso a esse impacto, psicologias críticas priorizam métodos de estudos interessados na compreensão da subjetividade humana, que produzam dados qualitativos, em detrimento de métodos exclusivamente quantitativos e experimentais.

Por ser a PC uma proposta que se compreende de forma sócio-histórica e por ser descrita por alguns autores como uma proposta guarda-chuva, em alguns dos artigos é defendido que, ao se colocarem como críticos, os psicólogos devem explicitar quais seus objetivos e de onde partem política e teoricamente, considerando que neutralidade de conhecimento é impossível.

Alguns artigos apontam qual é a teoria de base utilizada ou que melhor se relaciona com os objetivos da PC e quais autores são utilizados na construção de suas propostas. Os autores citados foram principalmente Karl Marx, Michel Foucault, Sigmund Freud e Theodor Adorno. Entre as teorias estão o Materialismo histórico-

dialético, a Teoria Social de Marx e o Neo e Pós-Marxismo e a Psicanálise (sem menções específicas a que linhas teóricas dentro da psicanálise).

Por fim, sobre os temas de interesse declarados pelos autores dos artigos ou identificados na leitura deles, tem-se que os principais temas foram: reflexões sobre a Psicologia como ciência (produção de conhecimento) e profissão (atuação/intervenção); e reflexões sobre sociedade e subjetividade ligadas: às relações de poder; ideologias; processos de opressão, dominação e exploração; trabalho; cultura; os grupos minoritários; sexualidade e gênero; e saúde.

PSICOLOGIA CRÍTICA COMO UM TERMO GUARDA-CHUVA

Dois trabalhos definem a Psicologia Crítica como um termo guarda-chuva, ou seja, como uma área de estudos que abarca outras subáreas que se auto identificam ou são identificadas como críticas.

Cabe refletir sobre como a autoidentificação enquanto Psicologia Crítica e/ou o posicionamento dos artigos como sendo da área/ campo/ projeto/ movimento da PC é pequena e recente no Brasil – localizamos o artigo mais antigo publicado em 2002- , em comparação à conhecida presença de inúmeros trabalhos já de longa data com embasamentos, pressupostos e métodos que permitem que sejam identificadas como propostas críticas em psicologia. Disso questiona-se: para que serve a psicólogos críticos identificar seus trabalhos como abarcados nesse conceito guarda-chuva da PC? A resposta a essa questão demanda um estudo próprio. O presente trabalho não tem elementos concretos para formular uma resposta, mas é importante deixarmos demarcado aqui esse questionamento para ser explorado em trabalhos futuros.

A PC compreende diferentes propostas que se diferenciam, desafiam e/ou se contrapõem às psicologias mainstream, chamadas nesses textos de tradicionais/ hegemônicas. Se diferenciam por usarem métodos diferentes ou terem

compreensões distintas de conceitos que resultam em uma inadequação e incompatibilidade de propostas (Pulido-Martínez & Walkerdine, 2006; Pulido-Martínez, 2004). Além disso, a PC também poderia ser vista como um termo guarda-chuva por abarcar diferentes psicologias com críticas distintas entre si (ou seja, não implicando necessariamente em uma única proposta em termos conceituais e metodológicos), mas que têm em comum a crítica à psicologia mainstream (Pulido-Martínez & Walkerdine, 2006).

Além de ser definida como um termo guarda-chuva que engloba diversas abordagens críticas em psicologia, a PC é definida também como crítica da psicologia e do status quo. Especificamente, da revisão aqui realizada, conseguimos identificar definições posicionando a PC como: campo de estudos que toma como objeto as teorias e práticas da psicologia e os analisa criticamente – por meio de referenciais teóricos de áreas para além da psicologia – expondo e desafiando suas relações com a sociedade e com a subjetividade, e propondo novas formas de pensar e trabalhar essas categorias. Na sequência apresentamos o que pudemos identificar da análise dos artigos que compõe essa revisão, sobre o que destacam da PC enquanto crítica da psicologia com ênfase à interface psicologia/sociedade/status quo, e à interface psicologia/subjetividade.

PSICOLOGIA CRÍTICA COMO ANÁLISE CRÍTICA DA PSICOLOGIA

A Psicologia Crítica é definida como uma forma de análise crítica da Psicologia que denuncia, se contrapõe e resiste às suas teorias e práticas (Montero, 2004; Pulido-Martínez, 2004). É retomado o contexto do surgimento da Psicologia Crítica, relacionando-o com a necessidade de mudar concepções de indivíduo e de subjetividade existentes nas Psicologias *mainstream*/hegemônicas de diferentes épocas/lugares, propondo estratégias de investigação que possibilitassem mudanças (Montero, 2004). Posiciona-se assim o surgimento de psicologias críticas como uma forma de identificar propostas de estudos psicológicos que não

se encaixam na Psicologia convencional, por trabalhar com métodos diferentes (Pulido-Martínez, 2004).

Um importante diferencial e uma crítica de fundamento da PC em relação à Psicologia hegemônica seria o de considerar que conceitos, constructos, teorias e práticas da Psicologia são social e historicamente delimitados.

Oito artigos dentre os 27 analisados enfatizam a Psicologia, como ciência ou profissão, em sua característica culturalmente determinada e em seu papel social (Gruda, 2016; Schraube, 2015; Pulido-Martínez & Sato, 2013; Santos & Martins, 2013; Montero, 2010; Pulido-Martínez & Walkerdine, 2006; Montero, 2004; Pulido-Martínez, 2004). Nessa concepção, a crítica é feita ao expor o contexto sócio-histórico no qual ocorre a elaboração dos conceitos, postulados, regras e construtos utilizados pelos psicólogos para analisar os fenômenos humanos. Como exemplo, Schraube (2015), traz à consideração as raízes sócio-históricas da Psicologia que se estende para aquilo que o autor considera como a “vida cotidiana”. Por meio da análise desta vida cotidiana seria possível investigar as relações de poder legitimadas pelo conhecimento, pela teoria e pela metodologia utilizados na Psicologia. O objetivo último aqui, seria reconstruir a Psicologia a partir dessa consideração histórica.

A PC, portanto, é colocada como um enfrentamento à chamada Psicologia tradicional/hegemônica, que não consideraria adequadamente em seus conceitos, constructos, teorias e métodos, o contexto sócio-histórico, como aponta Montero (2010). Assim, seu objetivo é, por meio da contextualização social e histórica, enfrentar as concepções correntes que estariam ao serviço do poder e da ideologia dominante (Montero, 2010). Essa crítica, conseqüentemente, se estende à sociedade, que fomenta a Psicologia tradicional como uma instituição de exercício do poder (Montero, 2004).

O artigo de Pulido-Martínez (2004) considera as produções de Foucault ao abordar a determinação sócio-histórica da Psicologia, assim como seu papel, enquanto ciência e profissão, na manutenção das relações sociais de poder e opressão. Ao abordar a crítica às práticas psicológicas, o autor escreve:

Foucault (em Perdomo, 2003), afirma que a tarefa crítica daria conta das relações entre verdade, o poder e o saber, através do rastreo de certos acontecimentos históricos que nos permitem reconhecer o modo como chegamos a ser o que somos, a pensar de uma determinada maneira e a estabelecer relações sociais marcadas por certas formas de ética e política (Pulido-Martínez, 2004, p. 217).

Na citação, é possível identificar a estratégia dupla da Psicologia Crítica, cujos aspectos são expostos em todos os textos que trazem definições explícitas. Por um lado, há a crítica da Psicologia considerada tradicional/hegemônica por meio da explicitação de seus determinantes históricos. Por outro, há a consideração de que a própria Psicologia, advinda das variáveis culturais, contribui para manutenção das relações sociais, as quais podem se constituir de forma opressiva. A Psicologia Crítica, então, como projeto, visa ser um caminho alternativo a este processo de legitimação do conhecimento psicológico e das relações sociais hegemônicas.

Interface Psicologia/Sociedade/Status Quo

Nove artigos trouxeram considerações sobre PC e análise social e/ou contra relações sociais de opressão. São trabalhos que localizam a Psicologia Crítica como uma forma de análise social que podia ou não declarar, como objetivo principal, a modificação de relações sociais de opressão. Alguns artigos descreveram que o principal objeto de estudo da Psicologia Crítica é a relação entre subjetividade e sociedade (Guzzo, 2015; Schraube, 2015), podendo essa relação ser expressa de diferentes formas, como a compreensão do processo de apropriação que o indivíduo faz da cultura (Salgado & Franciscatti, 2014); a forma

como se relacionam os discursos e as circunstâncias sociais (Corredor-Aristizábal, 2010) e a análise das relações de poder (Pulido-Martínez, 2004). Além disso, alguns artigos criticam a forma como o conhecimento produzido na Psicologia estaria implicado na manutenção de relações de desigualdade e opressão na sociedade (Pulido-Martínez & Sato, 2013; Montero, 2010; Montero, 2004; Pulido-Martínez, 2004), ou então como a chamada Psicologia tradicional estaria descolada da realidade social (Schraube, 2015; Santos & Martins, 2013).

Dentre os textos que consideram a Psicologia Crítica como uma forma de análise social, que desafia relações de opressão presentes na cultura, existem aqueles que citam especificamente a centralidade da análise na “vida cotidiana” (Gruda, 2016, p. 518). Tais produções enfatizam o caráter prático da Psicologia e da Psicologia Crítica, que, em sua interação com os mecanismos culturais, regulam diversos aspectos da vida não acadêmica (Gruda, 2016; Schraube, 2015; Lhuillier, 2013; Santos & Martins, 2013; Montero, 2004). Na Psicologia Crítica, em particular, há a busca pela explicitação dessa característica, isto é, do efeito que as considerações psicológicas possuem no dia a dia das pessoas.

No artigo de Santos e Martins (2013), a noção de “vida cotidiana” embasa a consideração da prática dos psicólogos. É possível observar essa característica quando os autores abordam as contribuições de Thomas Teo para o campo: “Essa crítica deve ser dirigida, pois, à interação dos psicólogos com o mundo, à ciência e à cultura criadas por eles, as quais, em consequência, desempenham funções importantes na ação e na vida cotidiana das pessoas em geral” (Santos & Martins, 2013, p. 50). Assim, o impacto da Psicologia, enquanto ciência e profissão, na vida cotidiana para os sujeitos é enfatizado.

Interface Psicologia/Subjetividade

Em conjunto com análises relacionadas à crítica da Psicologia e da sociedade, cinco dos textos analisados contêm definições de Psicologia Crítica por meio da

consideração da subjetividade enquanto um método de análise e construção teórica (Gruda, 2016; Lhuillier, 2013; Corredor-Aristizábal, 2010; Pulido-Martínez & Walkerdine, 2006; Montero, 2004). Segundo Montero (2004), tal preocupação com as relações subjetivas está presente já nas primeiras obras relacionadas à Psicologia Crítica. No artigo de Schraube (2015) a subjetividade é considerada como um “discurso da razão”, em oposição ao discurso de condicionamento da Psicologia tradicional. O argumento para a mudança é o de que as razões para as ações individuais são dadas em primeira pessoa, partindo, em primeiro lugar, da perspectiva individual e subjetiva (Schraube, 2015).

Como meio de análise da subjetividade, a posição metodológica da Psicologia Crítica desafia métodos experimentais e “positivistas”, objetificantes (Schraube, 2015; Corredor-Aristizábal, 2010; Pulido-Martínez & Walkerdine, 2006). Essas abordagens poderiam impor suas hipóteses à realidade ao restringirem a seleção dos sujeitos a partir de questões derivadas das teorias, restringindo as chamadas “possibilidades emancipatórias da Psicologia” (Schraube, 2015, p. 249) ao impedir a flexibilidade na conexão entre a evidência disponível e os elementos da teoria. Expusemos até aqui como foi possível identificar diferentes formas de se definir o que é Psicologia Crítica, por exemplo como um termo guarda-chuva; ou como crítica da Psicologia e do Status Quo. Na sequência exploramos sobre os métodos de PC para produção de conhecimento e práticas do psicólogo.

METODOLOGIAS EM PSICOLOGIA CRÍTICA

Foram identificados 10 artigos que traziam considerações sobre procedimentos metodológicos característicos do que seria uma Psicologia Crítica. Foi possível identificar características relacionadas: (i) à métodos de produção do conhecimento; e (ii) métodos de atuação/prática de psicólogos críticos. Foi possível também identificar pelo menos sete características relacionadas às metodologias que seriam próprias de uma psicologia crítica. Na produção do conhecimento são características: (1) a crítica da psicologia, (2) a não-neutralidade

do conhecimento. De forma complementar, tanto na produção do conhecimento quanto na atuação do psicólogo são características: (3) a valorização do conhecimento produzido na experiência, e são comuns o uso de técnicas metodológicas tais como: (4) os diálogos apreciativos, (5) as terapias narrativas, (6) as análises de discurso, e (7) as histórias orais.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM PC

Quanto às características das metodologias para produção do conhecimento em PC destacam-se (i) análise crítica interna e externa da Psicologia; (ii) a assunção da não neutralidade do conhecimento produzido; (iii) a primazia do conhecimento produzido na experiência.

Quanto à crítica da Psicologia, identifica-se que essa se divide em crítica interna e crítica externa. A crítica interna é um método de análise de modelos teóricos, conceitos, interpretações e explicações para fenômenos para então demonstrar possíveis contradições nesses modelos e avaliar qual é o grau de coerência das propostas. Consiste também na análise dos possíveis interesses velados de uma teoria, assim como seus pontos fortes. A crítica externa enfatiza a análise da naturalização de um conhecimento produzido e assumidos como a única forma adequada e canônica de produzir conhecimento (Gruda, 2016)

A não neutralidade do conhecimento, conforme Valencia (2005), diz respeito a refletir sobre efeitos ético-políticos de uma teoria e levar esses efeitos em consideração na hora de propor fundamentos e intervenções. Assim, psicologias críticas devem indagar sobre as consequências de suas propostas tanto quanto devem se preocupar com a fundamentação de seu conhecimento, questionando a manutenção de uma determinada ordem social e demonstrando que a ciência psicológica não seria neutra, mas sim submetida a contingências históricas e a interesses específicos. Alguns exemplos mencionados são os Estudos de Gênero, a Análise de Discurso, Teoria Pós-moderna, Teoria Feminista e Teoria Crítica da

Sociedade (Jaraba-Barrios & Mora-Gámez, 2010; Salgado & Franciscatti, 2014; Rodrigues, carneiro & Nogueira, 2021).

Finalmente, sobre a importância da construção do conhecimento na experiência, essa característica diz respeito tanto à metodologia de produção do conhecimento quanto às possibilidades de intervenção em PC, atrelando prática e teoria. De forma geral, esse método aponta para a necessidade de não fragmentar a vivência (ou seja, não dividir o método de estudo do contexto real em que os fenômenos são produzidos (Corredor-Aristizábal, 2010) e também que essa vivência seja conhecida na prática pelo pesquisador, sinalizando a importância do profissional se inserir na população/grupo que está estudando (Rodrigues, Carneiro & Nogueira, 2021).

PRÁTICA DO PSICÓLOGO EM PC

Quanto às características que dizem respeito tanto à produção do conhecimento quanto a possibilidades de prática em PC, podemos identificar da análise dos artigos que compõe essa revisão os diálogos apreciativos, as terapias narrativas, a análise de discurso e as histórias orais.

Os diálogos apreciativos são descritos como uma metodologia de encontro entre comunidades ou membros de uma mesma comunidade. Nela, o papel do psicólogo é o de ser facilitador do diálogo dos membros de uma comunidade, auxiliando que os membros possam se expressar e compreender a expressão do outro, além de ajudar na formação do espaço para o diálogo. É uma estratégia que busca reconhecer como os atores comunitários agem na transformação da realidade, a partir de seus discursos (Valencia, 2005). A Psicologia Social Comunitária Latino-americana é citada como um exemplo que utiliza esse elemento.

As terapias narrativas foram identificadas como estratégia em PC, que tem como finalidade transformar os discursos relacionados ao campo de relações do sujeito,

para que ele tenha consciência das fontes de influência das quais participa, de forma reflexiva. As terapias narrativas buscariam demonstrar que a noção de sujeito e a noção de doença não existe sozinha, mas relacionada a algo; ela existe em relação ao contexto com o qual o sujeito se relaciona (Valencia, 2005 e Schraube, 2015). A Psicologia da Libertação, de Martín-Baró, é citada como um exemplo que utiliza esse elemento.

Sobre as análises de discurso, ao responder uma pergunta sobre a psicologia crítica no Reino Unido, Valerie Walkerdine cita um ramo denominando-o de Psicologia Social Discursiva (do discurso), que seria uma crítica metodológica à Psicologia Social tradicional daquele contexto, repudiando a utilização da metodologia experimental e enfatizando os discursos. Essa seria uma forma de compreender que “tudo o que era explicável por meio de estados internos pode, na verdade, ser compreensível por meio de questões externas, particularmente discursos” (Pulido-Martínez & Walkerdine, 2006, p. 187).

Finalmente, tem-se as histórias orais, definidas como um “método de pesquisa [que] permite uma maneira de fazer ciência que reclame por meios de superação da conformada crise que assola o campo científico” (Salgado & Franciscatti, 2014, p. 308). Ela faz com que pesquisador e entrevistado acessem “a subjetividade tanto para narrar, interpretar e se apropriarem daquilo que foi narrado, ouvido, sentido no campo da pesquisa” (Salgado & Franciscatti, 2014, p. 308). Assim, ao analisar a narrativa por intermédio da subjetividade, as pessoas envolvidas no processo de pesquisa e construção de conhecimento conseguiriam compreender como suas histórias individuais se conectam com a história coletiva (Salgado & Franciscatti, 2014, p. 308).

É característica das metodologias de produção do conhecimento e de prática em PC o objetivo de emancipação. A Psicologia Crítica deveria fornecer uma “aplicação diferenciada do termo em contextos comunicativos e com vistas à emancipação dos oprimidos” (Santos e Martins, 2013, p. 50). O texto fala do

objetivo de combate à exploração, humilhação, degradação e injustiça que devem ser alvo da Psicologia Crítica (Santos e Martins, 2013).

CONCEPÇÕES GERAIS, PROPOSTAS E/OU OBJETIVOS DE PC

Na análise dos 27 artigos selecionados para compor a RSL que realizamos, buscamos identificar objetivos ou propostas da Psicologia Crítica como campo teórico e/ou de prática, tendo sido possível identificar os seguintes: (1) engajar com o sujeito em uma base intersubjetiva (Schraube, 2015); (2) trabalhar em e a partir de realidades concretas (Jaramillo, 2013); (3) mudar as práticas do conhecimento psicológico (Santos & Martins, 2013); (4) modificar narrativas sociais (Aristizábal, 2010); (5) conceber um projeto comum que aborde a Psicologia em sua totalidade (Jaraba-Barrios & Mora-Gámez, 2010); (6) Superar a dicotomia internalismo/externalismo ao tratar da subjetividade (Jaraba-Barrios & Mora-Gámez, 2010); (7) Desvelar o caráter de construção social do objeto de estudo da Psicologia (Jaraba-Barrios & Mora-Gámez, 2010). É possível classificar esses objetivos em dois tipos: (i) objetivos voltados à transformação social; e (ii) objetivos voltados a modificações teóricas e metodológicas na Psicologia.

Quanto à transformação social cinco artigos (Schraube, 2015; Jaramillo, 2013; Santos & Martins, 2013; Aristizábal, 2010; e Jaraba-Barrios & Mora-Gámez, 2010) enfatizam a necessidade de partir de demandas e interação com a chamada “realidade concreta” e com a análise das aplicações dos conceitos psicológicos. Os trabalhos apontam para a importância da realidade social e do contexto histórico para a Psicologia Crítica. O uso de termos como “uso do conhecimento científico”, “intervenções psicossociais”, “espaços de encontro, produção intelectual, debates e questionamentos”, e “realidades concretas”, foram comuns nos artigos, e enfatizam a necessidade de uma intervenção além da produção do conhecimento.

Um exemplo pode ser visto no de Schraube (2015), onde é reafirmada a primazia da modificação social como um objetivo último da abordagem crítica no âmbito da Psicologia e das intervenções de caráter psicológico. Estas intervenções tendem a compreender o sujeito inserido em um grupo, comunidade. O texto aponta como um objetivo o engajamento com o sujeito em uma “base intersubjetiva”, que permita “explorar suas condições, possibilidades inerentes e limitações de ação de modo a abrir perspectivas rumo à mudança e à ação generalizada” (Schraube, 2015, p. 541). Fica claro como a ação no meio social se apresenta como um ponto central da intervenção crítica.

Já quanto às modificações teóricas e metodológicas na Psicologia, de forma não excludente à classificação anterior, dois artigos (Santos & Martins, 2013; 16) citaram a modificação de características metodológicas e teóricas como um objetivo ou proposta para a abordagem crítica na Psicologia. Tais artigos prescrevem elementos (e. g., conceitos, técnicas, instrumentos) a serem alterados para a construção de um tipo de pesquisa em Psicologia que pode, segundo os autores, receber a denominação de “crítica” (i. e., relacionando-se a mudanças em condições sociais e à quebra com o paradigma hegemônico na Psicologia). Um trecho do artigo de Jaraba-Barrios e Mora-Gámez (2010) exemplifica essa relação:

Desnaturalizar aquilo que a psicologia definiu como seu objeto, desvelar seu caráter de construção social submetida a contingências históricas, interesses específicos, relações de poder: tal é o empreendimento da psicologia crítica, programa de investigação em permanente processo de redefinição e reconstrução a partir da apropriação criativa de diversos repertórios conceituais e metodológicos que dão forma ao seu caráter transdisciplinar. Os estudos de gênero (Estrada, 2004), a análise do discurso (Iñiguez & Antaki, 1994; Garay, Iñiguez, & Martínez, 2003; Parker, 1996; Potter, 1998), ou a teoria pós-moderna (Parker, 2002), constituem os principais recursos mediante os quais psicólogas e psicólogos críticos realizaram seus agudos questionamentos às modalidades em virtude das quais a psicologia produz e contribui para manter uma ordem social determinada, a partir da configuração de modelos sobre o ser humano

legitimados por seu caráter científico, isto é, neutro e objetivo (Jaraba-Barrios & Mora-Gámez, 2010, p. 226).

A primeira parte da citação apresenta os já mencionados objetivos de modificação social, enquanto a segunda é voltada para a descrição de métodos por meio dos quais tal mudança social pode ser alcançada.

No artigo de Santos e Martins (2013) temos que a “crítica seria a função de desconstruir, reconstruir e construir o conhecimento psicológico com o fim de mudar as suas práticas” (Teo, 1999, *apud* Santos & Martins, 2013, p. 50), onde nota-se novamente a presença de objetivos de desconstrução do conhecimento psicológico e sua produção. A intervenção, apesar de aparecer como objetivo último, como o meio para a modificação de condições sociais predominantes, nesse empreendimento, se relaciona com a desconstrução e reconstrução de métodos e teorias da Psicologia.

PSICOLOGIA CRÍTICA E ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO CAMPO DO TRABALHO

O que podemos então concluir sobre o que se quer dizer quando se usa o termo “Psicologia Crítica” em publicações que podem ser localizadas desde o Brasil e o que refletimos sobre se/como ela pode nos ajudar a pensar uma prática crítica do psicólogo no campo do trabalho?

A revisão de literatura que realizamos nos permitiu identificar que a Psicologia Crítica (PC) tem sido definida no Brasil pelo menos de duas maneiras: (i) com um termo guarda-chuva ou movimento em que são englobadas diferentes psicologias que se auto identificam ou são identificadas como críticas, e que tem como característica se diferenciarem, desafiarem e/ou se contraporem à Psicologia chamada de mainstream/tradicional/ hegemônica; (ii) como crítica teórica da Psicologia e do Status Quo.

Quanto à prática do psicólogo no campo do trabalho, esses resultados nos levam a algumas reflexões:

Compreendendo a Psicologia Crítica (PC) como um termo guarda-chuva refletimos como é importante conhecer sobre as diferentes práticas de psicólogos no campo do trabalho no Brasil que apresentam propostas críticas, para a partir delas refletir sobre seus efeitos, e construir uma atuação em Psicologia Organizacional e do Trabalho – POT a partir dos exemplos encontrados.

Compreendendo a PC como um movimento ou projeto coletivo, refletimos como, assim como no caso da Psicologia em geral, no campo da POT a Psicologia mainstream no Brasil não é “crítica” (pelo menos não nos termos de relevância, ético-política talo como definidos por Teo, 2006), e que os espaços de produção e disseminação do conhecimento, por isso mesmo, não privilegiam e, até mesmo, colocam barreiras para a circulação desse tipo de conhecimento. Depreendemos do estudo realizado que a PC como um movimento internacional, com psicólogos se auto identificando como “psicólogos críticos” em diversos lugares do mundo, realizando e promovendo espaços de diálogo e publicações tanto de caráter teórico como prático em diversas áreas da psicologia, pode nos inspirar a participar no movimento internacional da PC, fomentar colaborações entre países latino-americanos, uma vez que realidades do mundo do trabalho os aproximam, e em movimentos semelhantes em POT, podendo compartilhar e ter acesso ao que outros psicólogos tem feito e pensado em suas práticas para colaborativamente dialogar e construir possibilidades críticas de atuação no campo do trabalho. A PC, então, como projeto também no campo de POT, pode ser um caminho alternativo ao processo de legitimação do conhecimento psicológico e das relações sociais hegemônicas e coloniais.

Já compreendendo a PC como crítica teórica da Psicologia e do Status Quo da sociedade, depreendemos da PC a necessidade da crítica aos conceitos, teorias e práticas da psicologia desenvolvidos na área de psicologia industrial,

organizacional, do trabalho, institucional, e demais subáreas da psicologia (inclusive as que se definem como críticas) que se propõe a atuar sobre a interface entre psicologia e trabalho (por aqui chamadas de Psicologia Organizacional e do Trabalho – POT), para por meio de análises críticas das teorias e práticas propostas nesse campo de pesquisa e atuação, refletir sobre, expor e denunciar noções e práticas usuais no campo de POT que podem ser problemáticas ou estar atuando de forma a promover/perpetuar dominação, controle social e colonialismo.

Além disso, nos parece que a crítica teórica já produzida e tornada disponível em PC fornece elementos para refletir sobre a prática também da psicologia no campo do trabalho, aproveitando-nos de reflexões e discussões críticas já desenvolvidas a respeito de problemas de ordem ontológica, epistemológica, metodológica e ético-política da Psicologia tradicional.

Quanto a reflexões ontológicas, é importante questionar sobre a natureza do objeto da psicologia (o ser humano é um ente natural enquanto objeto de estudo? É social? Ou é ainda de uma outra natureza, que se diferencia de ambas, sendo uma natureza propriamente humana? Pode ser pensado enquanto um objeto de pesquisa, ou seria sempre um participante de pesquisa?), assim como reflexões ontológicas sobre a natureza da própria disciplina da psicologia, no estudo e prática do psicólogo no campo do trabalho, como produção humana, histórica, cultural, contextualizada – em relações sociais que são também relações de poder. Quanto a reflexões epistemológicas, é importante analisar como o conhecimento em POT tem sido produzido, assim como sobre os métodos de sua produção e as práticas utilizadas.

Quanto a reflexões ético/políticas, é importante compreender de que maneira teorias da psicologia no campo da POT podem estar atuando em relações de poder e dominação sobre os trabalhadores na sociedade atual, e de que forma conceitos produzidos no campo de teorização da Psicologia Crítica são úteis para a

compreensão de como as teorias em POT no Brasil e América Latina podem estar fazendo injustiças ao seu objeto de pesquisa, e mesmo, participando em relações de poder, dominação e colonialismo.

Além de identificar definições de PC, a revisão de literatura que realizamos permitiu conhecer diferentes métodos de produção de conhecimento e de atuação do psicólogo que também nos proporcionaram algumas reflexões sobre a prática do psicólogo no campo do trabalho.

Identificamos que em termos de métodos para a produção de conhecimento e atuação em PC os textos analisados apontam para a importância da consideração da não-neutralidade do conhecimento produzido de forma dita “científica”, valorização do conhecimento produzido na experiência dos sujeitos, pelos sujeitos e para os sujeitos, sendo comuns o uso de técnicas metodológicas tais como os diálogos apreciativos, as terapias narrativas, as análises de discurso, e histórias orais, dentre outros.

Essas considerações a respeito de metodologia em PC também nos fornecem elementos para refletir sobre uma prática crítica da psicologia no campo do trabalho: primeiramente refletimos sobre a existência de uma diversidade de métodos/práticas para construção de conhecimento e para atuação junto aos trabalhadores, e sobre como conhecê-las é importante para ampliar as possibilidades de atuação do psicólogo em POT, porém não suficientes. Compreende-se a partir da PC que a técnica (de intervenção) não pode ser tomada a priori, isso é, não há um método/ técnica de intervenção, antecipadamente definido e à disposição para ser “aplicado” em contextos de trabalho que por si só garanta uma atuação crítica da Psicologia. Pelo contrário, o que depreendemos da revisão de literatura aqui realizada é que a PC propõe o não apriorismo do método, e que são os problemas que as pessoas enfrentam no seu cotidiano, a situação concreta que se coloca para a atuação do psicólogo em uma dada intervenção em específico, que deve guiar as escolhas técnicas e metodológicas.

Da revisão de literatura que realizamos, parece-nos que é característica da PC compreender que produção de conhecimento (pesquisa) não pode ser separada da prática (intervenção) e que intervenção produz conhecimento, ao mesmo tempo que pesquisa faz intervenção. Assim, compreendemos da PC que pesquisa é intervenção e vice-versa. Disso, refletimos sobre como a atuação em POT frequentemente se caracteriza como um projeto de pesquisa e refletimos sobre a importância do conhecimento em metodologias de pesquisa, principalmente pesquisa qualitativa e participativa, para a atuação do psicólogo no campo do trabalho. Na revisão aqui realizada identificamos a presença de metodologias tais como os diálogos apreciativos, as terapias narrativas, as análises de discurso e histórias orais, que entre si tem como característica seu caráter qualitativo, de reconhecimento de não separação entre pesquisador e objeto de pesquisa, compreendendo que a produção do conhecimento se dá em diálogo entre sujeitos pesquisadores e sujeitos participantes de um processo de construção coletivo de conhecimento, sem um ideal de neutralidade, que produz teoria com os sujeitos, para os sujeitos, e não sobre os sujeitos.

Finalmente, além de identificar definições e métodos de Psicologia Crítica (PC), a revisão literatura que realizamos permitiu identificar propósitos ou objetivos da PC que novamente nos permitiram reflexões cabíveis à prática do psicólogo no campo do trabalho: refletimos sobre como no campo POT o objetivo da atuação do psicólogo pode ir além da promoção da saúde, do bem estar e da qualidade de vida do trabalhador; sobre a importância de uma compreensão de subjetividade que entende que ela se constrói também pelo trabalho, e de como um objetivo pode ser a construção de uma psicologia da subjetividade que considera a centralidade do trabalho humano; depreendemos ainda a importância do psicólogo que atua no campo do trabalho atuar em, e a partir de, realidades concretas do mundo do trabalho, engajando com os sujeitos trabalhadores em uma base intersubjetiva, com objetivo de produzir teoria com e para esses sujeitos embasarem suas práticas em suas vidas cotidianas.

Refletimos sobre a importância de ter como objetivo da prática no campo do trabalho não só a transformação de contextos de trabalhos localizados, mas também do psicólogo que atua no campo do trabalho, por meio de sua prática e pesquisa, ter como objetivo a construção de conhecimento capaz de produzir outras práticas nesse campo, novas narrativas sociais, objetivando modificações teóricas e metodológicas da ciência e profissão da psicologia ao mesmo tempo que se busca transformação social e a promoção de relações sociais democráticas, justas, dignas e humanas.

EPP E PSICOLOGIA CRÍTICA DO TRABALHO: EM LUGAR DE UMA CONCLUSÃO

Retomando o debate presente na origem deste trabalho, qual seja o texto publicado nesta revista (Brüning, 2021) no qual se buscou discutir sobre a influência do trabalho do professor José Henrique de Faria e a teoria por ele desenvolvida no campo dos estudos organizacionais, a teoria da Economia Política do Poder (EPP), na atuação de psicólogos que buscam trabalhar com uma psicologia crítica e/ou com uma crítica da psicologia, cabe ressaltar como o presente texto dá continuidade a essa discussão.

À época, o artigo apresentou uma contextualização do que é a EPP; o que se entendia naquele trabalho por psicologia crítica; bem como uma revisão de pesquisas realizadas por psicólogos participantes do grupo de pesquisa liderado pelo professor Faria, chamado de Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais (EPPEO), que fizeram dialogar a EPP com diferentes abordagens críticas em psicologia.

A pesquisa que aqui se apresentou teve o intuito de dar continuidade ao diálogo iniciado naquela ocasião, visando aprofundar considerações sobre construções atuais e desafios futuros para uma psicologia crítica do trabalho que seja congruente com a proposta da Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais.

Como a pesquisa que aqui se apresentou aprofunda considerações sobre construções atuais e desafios futuros para uma psicologia crítica do trabalho que possa ser congruente com a proposta da Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais (EPP)?

Queremos argumentar pela intervenção crítica em psicologia do trabalho a partir de um embasamento teórico interdisciplinar que, além de aporte teórico da psicologia para a compreensão do sujeito e do trabalho, considere a EPP como aporte teórico para a compreensão das relações de poder, controle e gestão.

A teoria da EPP, conforme elaborada por Faria, é uma abordagem crítica que analisa as organizações e as relações de poder nelas presentes sob a perspectiva do materialismo histórico e do método dialético. Essa teoria se preocupa com as estruturas de poder, dominação e controle que permeiam as dinâmicas organizacionais e as relações de trabalho, propondo uma transformação radical dessas estruturas. Para que uma psicologia crítica do trabalho seja congruente com a EPP, ela precisa adotar uma abordagem similar, que vá além da mera crítica teórica e se comprometa com uma análise crítica das relações de poder e das contradições do capitalismo.

Uma psicologia crítica do trabalho que se alinhe à EPP deve, ontologicamente, reconhecer o trabalho como uma construção social e histórica, enraizada nas relações de produção capitalistas. Epistemologicamente, deve adotar o materialismo histórico como base, utilizando o método dialético para analisar as contradições e lutas de classe que se manifestam nas organizações e nas práticas de trabalho, ou, apresentar elaborações que expliquem e justifiquem aproximações a abordagens com compreensões onto/epistemológicas outras. Isso a distingue de abordagens como a da psicologia natural-científica, formas de psicologia humanista e mesmo de algumas psicologias críticas que podem fragmentar a compreensão do sujeito e das relações sociais, não capturando as complexidades das estruturas de poder.

A pesquisa aqui apresentada sobre psicologia crítica revela uma diversidade de abordagens e métodos que, embora nem sempre explicitamente alinhados com a EPP, podem oferecer uma base para reflexão e desenvolvimento. Um dos desafios futuros é consolidar uma psicologia crítica do trabalho que não só dialogue com as realidades locais, mas que também seja capaz de se integrar de forma coerente à proposta da EPP, contribuindo para a transformação das relações de trabalho e organizacionais em direção à emancipação social.

Uma psicologia crítica do trabalho que se propõe a ser congruente com a EPP deve adotar uma postura crítica e transformadora que vá além das análises superficiais ou reformistas. Ela precisa se comprometer com a análise das contradições do capitalismo e das estruturas de poder nas organizações, considerando o materialismo histórico e o método dialético como bases epistemológicas e ontológicas de partida. Ao mesmo tempo, pode estar aberta a diálogos com outras abordagens críticas, como as ACEO, nos estudos organizacionais críticos, e as demais psicologias críticas, no campo da psicologia, sempre considerando as diferenças fundamentais que podem existir entre essas perspectivas.

REFERÊNCIAS

Burton, Mark (2013). Liberation psychology: a constructive critical praxis. *Estudos de Psicologia*, 30(2), 249-259.

Brüning, Camila (2021). Economia política do poder e psicologia crítica: diálogos e construções a partir da obra de José Henrique de Faria. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 8(22), 530-602.

Corredor-Aristizábal, Javier (2010) Crítica y empírica: el rol de la psicología en el cambio social. *Revista Colombiana de Psicología*, 19(2), 241-257.

Faria, José H. (2009). Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. *Cadernos EBAPE.BR*, 7(3), 509-515.

Galvão, Tais F., Pansani, Thais S. A., & Harrad, David (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335-342.

Gruda, Mateus P. P. (2016) Breves considerações, comentários e ideias acerca de uma Psicologia Social Crítica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(2), 514-526.

Guzzo, Raquel S. L. (2015) Psicologia Crítica: um movimento de ruptura dentro da Psicologia. *Estudos de Psicologia*, 32(3), 519-520.

Jaraba-Barríos, Breno & Mora-Gámez, Fredi (2010) Reconstruyendo el objeto de la crítica: sobre las posibles confluencias entre psicología crítica y estudios sociales de la ciencia y la tecnología. *Revista Colombiana de Psicología*, 19(2), 225-239.

Jaramillo, Veronica. A. (2013) Creando subjetividades laborales. Implicaciones del discurso psicológico en el mundo del trabajo y las organizaciones. *Psicología & Sociedade*, 25(1), 185-192.

Lhuillier, Dominique (2013). El trabajo como instrumento de resistencia a la opresión carcelaria. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1013-1025.

Montero, Maritza (2010) Crítica, autocrítica y construcción de teoría en la psicología social latinoamericana. *Revista Colombiana de Psicología* 19(2), 177-191.

Montero, Maritza. (2004) Relaciones entre Psicología Social Comunitaria, Psicología Crítica y Psicología de la Liberación: una respuesta Latinoamericana. *Psykhé*, 13(2), 17-28.

Moreira, Ana P. Gomes & Guzzo, Raquel. S. L. (2015). Do trauma psicossocial às situações-limite: a compreensão de Ignacio Martín-Baró. *Estudos de Psicologia*, 32(3), 569-577

Narciandi, Jose C. L. (2019). La psicología como técnica de subjetivación. *Papeles del psicólogo*, 40(1), 31-38.

Pardo, Carlos. F., & Burbano Valente, Johanna (2007). Las trampas de la velocidad: analisis de la lectura cultural de dos organizaciones. *Universitas Psychologica*, 6(1), 131-142.

Pavón-Cuéllar, David, & Arroyo-Ortega, Jocelyn (2015). El Ejercito Zapatista de Liberación Nacional y su crítica de las psicologías conformista, despótica y desmemoriada. *Estudos de Psicologia*, 32(3), 557-568.

Pulido-Martínez, Hernán C. (2014). De cuestiones internas a problemas internacionales: acerca de las críticas contemporáneas a los procesos de selección de personal. *Psicoperspectivas*, 13(3), 30-40.

Pulido-Martínez, Hernán C. (2012). La investigación sobre la identidad en, para y por el trabajo en América Latina, como ejercicio crítico acerca del mundo laboral. *Psykhé*, 21(2), 77-85.

Pulido-Martínez, Hernan C. (2004) En búsqueda de una psicología crítica de los ambitos laborales. *Universitas Psychologica*, 3(2), 2013-222.

Pulido-Martínez, Hernan C., & Burbano-Vlente, Johanna (2021). La crítica de la psicología, trabajo y la pandemia de Covid-19. *Fractal: Revista de Psicologia*, 32(3), 318-327.

Pulido-Martínez, Hernan C., Carvajal-Marín, Luz M., & Cabruja-Ubach, Teresa (2009). El sinuoso fluir de la psicología crítica: una conversación con Teresa Cabruja Ubach. *Universitas Psychologica*, 8(3), 538-599.

Pulido-Martínez, Hernan C. & Sato, Leny (2013). ...Y entonces ¿esto de la crítica qué es? De las relaciones entre la psicología y el mundo del trabajo. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1355-1368.

Pulido-Martínez, Hernan C.. & Walkerdine, Valerie (2006) Psicología, el mundo del trabajo y la subjetividad: Valerie Walkerdine en conversación con Hernán C. Pulido-Martínez. *Universitas Psychologica*, 6(1), 185-194.

Rodrigues, Liliana, Carneiro, Nuno Santos & Nogueira, Conceição (2021) História das abordagens científicas, médicas e psicológicas sobre as transexualidades e suas aproximações críticas. *Saúde e Sociedade*, 30(2), 1-13.

Saavedra, Luisa (2013). Psicologia vocacional e feminismo crítico: do passado ao -futuro. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 14(1), 7-17.

Salgado, Maria & Franciscatti, Kety V. S. (2014) A análise dos dados da história oral: fundamentos para uma Psicologia Crítica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(1), 304-319.

Santos, Hernani P. & Martins, João B. (2013) O cientificismo como obstáculo à compreensão ético-política da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(n. esp.), 42-53.

Schraube, Ernst (2015) Why theory matters: analytical strategies of Critical Psychology. *Estudos de Psicologia*, 32(3), 533-545.

Solan, Tod (2002). Ideología y liberación. Aspectos psicosociales. *Revista Subjetividades*, 2(1), 9-16.

Teo, Thomas (2015). Critical psychology: a geography of intelectual engagement and resistance. *American Psychologist*, 70(3), 243-254.

Teo, Thomas. (2006). *The critique of psychology: from Kant to postcolonial theory*. New York: Springer Science & Business Media.

Valencia, Nelson M. (2005). De la cognición al discurso. aproximación a la Psicología Crítica. *Poiésis*, 10, s.p..

O QUE PODE SER UMA PSICOLOGIA CRÍTICA DO TRABALHO? APROXIMAÇÕES COM A TEORIA DA ECONOMIA POLÍTICA DO PODER

Resumo

Este artigo busca refletir sobre o que pode ser uma Psicologia Crítica do Trabalho, propondo aproximações com a Teoria da Economia Política do Poder (EPP). A pesquisa examina as perspectivas críticas tanto nos Estudos Organizacionais quanto na Psicologia Crítica, explorando como essas áreas podem dialogar e se complementar. Por meio de uma revisão de literatura, o estudo identifica definições, métodos e objetivos de Psicologia(s) Crítica(s), destacando a relevância dessas abordagens para a prática de psicólogos no contexto laboral. Os achados revelam que Psicologia(s) Crítica(s), ao questionar(em) as estruturas de poder e ao focar na emancipação dos trabalhadores, oferece(m) importantes reflexões para uma prática de psicologia do trabalho que seja congruente com os princípios da EPP. A pesquisa sugere que a integração desses achados permite uma reflexão sobre a atuação do psicólogo no contexto laboral, orientando práticas que não apenas reconhecem, mas também desafiam as dinâmicas de poder existentes nas organizações.

Palavras-chave

Psicologia Crítica. Psicologia do Trabalho. Revisão de Literatura.

¿QUÉ PUEDE SER UNA PSICOLOGÍA CRÍTICA DEL TRABAJO? APROXIMACIONES A LA TEORÍA DE LA ECONOMÍA POLÍTICA DEL PODER

Resumen

Este artículo busca reflexionar sobre lo que podría ser una Psicología Crítica del Trabajo, proponiendo acercamientos a la Teoría de la Economía Política del Poder (EPP). La investigación examina las perspectivas críticas tanto en los Estudios Organizacionales como en la Psicología Crítica, explorando cómo estas áreas pueden dialogar y complementarse. Los hallazgos revelan que Psicología(s) Crítica(s), al cuestionar las estructuras de poder y al centrarse en la emancipación de los trabajadores, ofrece(n) importantes reflexiones para una práctica de psicología del trabajo que sea congruente con los principios de la EPP. La investigación sugiere que la integración de estos hallazgos permite una reflexión sobre el papel del psicólogo en el contexto laboral, orientando prácticas que no solo reconocen, sino que también desafían las dinámicas de poder existentes en las organizaciones.

Palabras clave

Psicología Crítica. Psicología del Trabajo. Revisión de la Literatura.

WHAT CAN A CRITICAL WORK PSYCHOLOGY BE? APPROACHES TO THE THEORY OF THE POLITICAL ECONOMY OF POWER

Abstract

This article seeks to reflect on what Critical Work Psychology could be, proposing approaches to the Theory of the Political Economy of Power (EPP). The research examines critical perspectives in both Organizational Studies and Critical Psychology, exploring how these areas can dialogue and complement each other. Through a literature review, the study identifies definitions, methods, and objectives of Critical Psychology(ies), highlighting the relevance of these approaches for the practice of psychologists in the workplace. The findings reveal that Critical Psychology(ies), by questioning power structures and focusing on the emancipation of workers, offer important insights for a work psychology practice that aligns with the principles of EPP. The research suggests that integrating these findings allows for reflection on the role of psychologists in the workplace, guiding practices that not only recognize but also challenge the existing power dynamics in organizations.

Keywords

Critical Psychology. Work Psychology. Literature Review.

CONTRIBUIÇÃO

Camila Brüning

A autora declara ter tipo contribuição principal nas etapas de financiamento, concepção e teorização, contribuição secundária na coleta de dados, e equânime nas etapas de análise e conclusão desta contribuição.

José Henrique de Faria

O autor declara ter tipo contribuição principal na etapa de financiamento, equânime nas etapas de concepção, análise e conclusão e teorização, e contribuição secundária na coleta de dados desta contribuição.

Larissa Nazário Nogueira

A autora declara ter tipo contribuição secundária nas etapas de financiamento, concepção, teorização, contribuição equânime na etapa de conclusão, e principal na coleta de dados desta contribuição.

Luiz Gustavo Camilo

O autor declara ter tipo contribuição secundária nas etapas de financiamento, concepção, teorização, contribuição equânime na etapa de conclusão, e principal na coleta de dados desta contribuição.

CONFLITOS DE INTERESSE

Es autores declaram não haver conflitos de interesse.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Es autores declaram que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

AGRADECIMENTOS

Es autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelos recursos da bolsa pesquisador PQ, à Universidade Federal do Paraná (UFPR) e à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) pelo(s) recursos, instalações e acessos institucionais a bases de artigos que viabilizaram a realização do estudo a partir do qual os dados desta foram obtidos.

COMO CITAR

Brüning, Camila, Faria, José H., Nogueira, Larissa N., & Camilo, Luiz G. (2024). O que pode ser uma Psicologia Crítica do Trabalho? Aproximações com a teoria da Economia Política do Poder. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 11(32), 873-912.